



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Da arte de ser versátil

Augusto Santos Silva

A política europeia do Governo decorre de duas escolhas fundamentais.

A primeira é a combinação entre o respeito pelos compromissos da Zona Euro e uma política alternativa à receita austeritária, assegurando o retorno à normalidade constitucional, ao crescimento económico e à melhoria das condições de vida. A saída do procedimento por défices excessivos, a redução da dívida, do desemprego, da pobreza e das desigualdades e o aumento do investimento e das exportações resultam dessa opção, culminando na eleição de Mário Centeno como presidente do Eurogrupo.

Não menos importante é a segunda escolha. Portugal abandonou a subordinação militante às determinações da ortodoxia orçamental (recorde-se o “ir além da troika”), para alargar a sua intervenção europeia a todos os domínios relevantes da União, do pilar social ao Estado de direito, da política externa e de defesa à ciência e tecnologia, da moeda única à coesão, da questão dos refugiados à das migrações. Hoje, somos reconhecidos não apenas como um bom exemplo do ponto de vista económico, financeiro, de estabilidade e cultura cívica democrática, mas também como defensores

coerentes da unidade e valores europeus, da abordagem humanista dos fluxos de refugiados e migrantes, da transição energética, da parceria com África e América Latina e das grandes agendas multilaterais. Fala-se, a justo título, de um eixo motor que vai de Lisboa a Berlim, passando por Madrid, Paris e outras capitais, e do protagonismo do nosso primeiro-ministro.

Para que isto seja possível, há que romper com a lógica geográfica ou ideológica de blocos contrapostos. Como temos dito e praticado, as divisões Norte/Sul ou Leste/Oeste e os alinhamentos sobreterminados por afinidades políticas agravam as diferenças e dificultam o processo de decisão, impedindo as mudanças necessárias. Só evitando os preconceitos, compreendendo as razões uns dos outros e procurando áreas de consenso conseguiremos prosseguir na agenda europeia.

Portugal é mediterrâneo e dá força às cimeiras regulares dos países do Sul. Pertence ao Mediterrâneo Ocidental e participa no diálogo entre os 10 países vizinhos, de ambas as margens. Tem uma relação próxima com o grupo dos seis fundadores, do Benelux a França, Itália e Alemanha, porque com eles conhece e preza a história da União. Com Espanha, destaca-se no apoio aos esforços franco-alemães de avançar em matérias económicas e de governação, mas defendendo uma prioridade clara à reforma e capacitação da Zona Euro. Advogou sempre uma gestão cautelosa do Brexit, salvaguardando a ligação essencial com o Reino Unido e incrementando a colaboração com os países marítimos do Norte, para manter o equilíbrio entre a projeção atlântica e a projeção continental na Europa pós-Brexit. Faz parte dos Amigos da Coesão, mas sem perder nunca a ponte com os “contribuintes líquidos”, pois só por ela se chegará a um orçamento comunitário ambicioso e realista. Pugna com a Alemanha, a Espanha, a Bélgica, a França ou a Grécia, por uma resposta comum às migrações. E defende uma abordagem prudente da “Europa da defesa”, valorizando a cooperação com a NATO e a preservação da relação incontornável com os Estados Unidos.

Esta capacidade de não se deixar acantonar numa única vinculação regional é essencial para o papel europeu de Portugal. Só quem, por não querer ver, se fechar no seu quarto, janelas fechadas e cortinas corridas, é que não se aperceberá. Mas isso, convenhamos, é bastante claustrofóbico. Certo?

Expresso, 9 de fevereiro de 2019